

A INSERÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS NA REDE URBANA DE MINAS GERAIS

Ricardo Alexandrino Garcia[▲]
Marly Nogueira[▼]

RESUMO

O fenômeno da metropolização mineira permanece objeto de investigação de vários cientistas sociais, em seus mais diversos sub-campos: geógrafos, economistas, arquitetos, demógrafos, historiadores e sociólogos. Nesse contexto, a busca por um maior entendimento sobre o papel das cidades médias e sua particular realidade empírica na rede urbana de Minas Gerais coloca a questão central deste estudo: qual é a inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais? A pretensão é tornar inteligível o processo sócio-espacial, das cidades médias, possibilitando a visibilidade de sua inserção na rede urbana mineira. Dessa forma, acredita-se, estar-se-á contribuindo para entendimento da atualidade da rede urbana de Minas Gerais, uma vez que algumas lacunas poderão ser preenchidas dentro campo maior dos estudos sobre as cidades, encaradas como um lugar na rede urbana.

Palavras-Chave: Cidade Média, PIB, Minas Gerais, Geografia econômica,

Sessão Temática: E3

[▲] Professor e Pesquisador do Departamento de Geografia da UFMG

[▼] Professora Adjunta Departamento de Geografia da UFMG

A INSERÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS NA REDE URBANA DE MINAS GERAIS

O retorno a uma temática: as cidades médias

O fenômeno da metropolização permanece objeto de investigação de vários cientistas sociais, em seus mais diversos sub-campos: geógrafos, economistas, arquitetos, demógrafos, historiadores e sociólogos. Entretanto, a realidade dinâmica da rede urbana brasileira e, em especial, a mineira requer novas investigações. Assim, antes de ser abandonada, a temática da metropolização pode e deve ser complementada pela temática das cidades médias, especialmente no que diz respeito à inserção destas na rede urbana. Justifica-se tal afirmativa tendo em vista sua complementaridade na explicação da atual configuração espacial da rede urbana brasileira.

Como relata Matos (2000), o fenômeno da metropolização, no Brasil, enquanto processo de concentração demográfica e econômica, parece já ter alcançado um ponto máximo, localizável ainda na década de 1970. Na verdade, trata-se de uma tese que advoga a favor da ocorrência de um processo de desconcentração demográfica e econômica em curso no país, embora haja muita discordância sobre os riscos da generalização de tal processo (AZZONI, 1986, HADDAD, 1989 e DINIZ, 1993, ANDRADE e SERRA, 2001). Adicionalmente, a temática das cidades médias e sua inserção na rede urbana tornaram-se muito atraente na atualidade, especialmente em função dos novos papéis assumidos por tais cidades no contexto urbano.

Na década de 1970, houve uma preocupação significativa do governo federal em relação às cidades médias, a ponto de incluí-las, não todas, é verdade, mas um grupo selecionado, no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), por intermédio da criação de um Programa para as Cidades de Porte Médio. (AMORIM FILHO, 1976, AMORIM FILHO, 1984, SOARES, 1999 e AMORIM FILHO e SERRA, 2001). Embora as diretrizes desse programa tivessem ficado reduzidas aos aspectos intra-urbanos e a seleção tivesse alcançado um número pouco expressivo de cidades, a preocupação do governo central em revigorar as cidades médias demonstrou uma outra preocupação governamental: no âmbito de uma política territorial nacional, houve, afinal, algum direcionamento para as questões regionais. Em Minas Gerais, a preocupação com as cidades médias manifestou-se nos Planos de Desenvolvimento elaborados na administração estadual de 1975 a 1978. (AMORIM FILHO, 1976).

Terminada a fase dos planos de desenvolvimento, tanto federais como estaduais, a cidade média perde a importância antes adquirida e é mantida relegada num plano secundário em termos de políticas territoriais, mas também acadêmicas. Contudo, a realidade, hoje, é outra e a cidade média volta a despertar o interesse não somente dos cientistas sociais, mas também de áreas fora da academia.

Nesse momento é importante retomar algumas considerações acerca do privilegiamento que sempre foi dado às reflexões sobre as grandes cidades em detrimento, em parte, daquelas sobre as cidades médias, mas principalmente, das pequenas. Corrêa (1999) salienta que as razões para isso encontram-se no fato de que as cidades grandes realizaram um salto qualitativo que se traduz numa maior complexidade funcional, de dinâmica espacial, de estrutura social e de organização interna e que, por isso, a visibilidade de seus problemas específicos tornou-se maior.

Andrade e Serra (2001) lembram que, justificava-se, no passado, uma valorização das cidades médias, porque elas representavam uma alternativa espacial de crescimento. A cidade milionária deveria continuar concentrando o

crescimento econômico, mas a cidade média, por oferecer uma infra-estrutura produtiva e uma complexidade na divisão do trabalho, apresentava-se como a alternativa locacional às metrópoles. O problema residia na necessidade de produzir o menor impacto possível no crescimento econômico nacional, evitando um desperdício e pulverização dos investimentos públicos e privados.

Também é necessário refletir sobre as novas tendências do sistema urbano. Pode-se verificar que o aumento da importância das cidades médias e sua crescente participação na população urbana brasileira faz parte do mesmo processo que Santos (1993) denomina de desmetropolização, ou seja, enquanto as grandes cidades diminuem sua participação na população urbana, o contrário ocorre nas cidades médias. Entre 1950 e 1980 o índice de multiplicação de população urbana para as cidades milionárias foi de 3,11 (um acréscimo de mais de 2 milhões de habitantes) e aquele para as cidades entre 200 mil e 500 mil habitantes foi de 5,61. (SANTOS, 1993, p.122 e 123)

As cidades médias estão se tornando, dado o ritmo de seu crescimento, o lugar de concentração da técnica e do trabalho intelectual, atividades necessárias para o desenvolvimento da economia de sua região, de sua hinterlândia, notadamente no que diz respeito às atividades agrícolas. Por isso, de acordo com Santos (1993) e Santos e Silveira (2001), é que as cidades médias serão (e, de fato, já o são) receptoras de grandes fluxos das classes médias, enquanto as metrópoles continuarão a receber os pobres e os despreparados, embora as mesmas, também, continuem atraindo a riqueza, mesmo porque, permanecem concentrando as atividades de gestão do território. A novidade é o aumento da qualidade de vida nas cidades médias, em geral.

Esse renascer do interesse pelo estudo da cidade média encontra sua justificativa na necessidade de rever a temática com um outro olhar, mais crítico, sem dúvida, sobre essas localidades. Em outras palavras, a atualização é necessária porque, em função das próprias transformações na organização do espaço, não é mais possível encarar sua temática tal como ela vem sendo vista há pelo menos três décadas, pois os problemas são outros, a realidade é outra e, conseqüentemente, a teoria que pode explicá-la deve ser revista.

Cidades como Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Ipatinga, ou, Montes Claros caracterizam-se por serem pólos regionais no comando de suas respectivas regiões em torno, estabelecendo uma vida de relações próprias. São os *relais* de suas regiões, os pontos da rede que estabelecem o contato entre o mundo rural, sobretudo, e o restante dos outros centros urbanos. Essa funcionalidade das cidades médias, essa inserção como focos de transmissão e de comunicação, na rede urbana, contrapõe-se à sua quase nula participação na tomada de decisões no que respeita à gestão do território, função aliás, somente das metrópoles. Daí, poder-se falar em complementaridade, tal qual acima sugerido. Por outro lado, essa funcionalidade não as homogeneíza, sendo necessário, assim, desvendar e questionar a singularidade de cada uma dessas cidades. A inserção “diferenciada” de cada uma dessas cidades na rede urbana é o resultado de um longo processo socioespacial de construção de suas respectivas centralidades urbanas, durante o qual, o papel exercido pelos diversos atores sociais e suas estratégias e práticas, é fator de investigação obrigatória. (NOGUEIRA, 2003)

O que explica essa atração pelas cidades médias tem fundamento. Afinal, o crescimento desse tipo de cidades, tanto em termos demográficos como econômicos, é algo que não deve ser negligenciado, ao contrário, deve ser investigado. Como atesta Santos (1986, p. 1):

“Cada vez que as condições gerais de realização da vida sobre a terra se modificam, ou a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas conhece uma evolução importante, todas as disciplinas científicas ficam obrigadas a realinhar-se para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, aquela parcela de realidade total que lhes cabe explicar”.

Soares (1999) destaca que o papel das denominadas cidades médias ou intermediárias na organização urbana está sofrendo profundas transformações tendo em vista o atual ambiente da globalização. Essas transformações dizem respeito ao incrível incremento populacional e econômico que tais cidades vêm sofrendo, refletindo quase que simultaneamente nos mais altos padrões de vida por elas apresentados.

Na tentativa de explicar a mudança no padrão concentrador demográfico e econômico característico da rede urbana brasileira como um todo, Matos (2000) baseia-se na evidência de um processo de desconcentração, referindo-se à alteração consistente da trajetória dos fluxos migratórios. Os tradicionais movimentos migratórios do tipo campo-cidade, os quais fizeram explodir as cidades centrais ou metrópoles brasileiras, estão cedendo lugar para um movimento mais difuso do tipo urbano-urbano, fato que denunciaria a presença de uma rede urbana mais densa e em ampliação:

“É evidente que boa parte dessas mudanças respondem à difusão de externalidades positivas na periferia e novos fluxos migratórios podem se orientar espacialmente, reagindo a fatores de atração presentes em cidades secundárias, particularmente onde os custos de moradia e as oportunidades de emprego se mostrem favoráveis. Tais movimentos podem, inclusive, estar exprimindo uma tendência de expansão do mercado interno”. (MATOS, 2000, p. 10)

Com o objetivo de tentar sumariar o quadro vislumbrado, é possível argumentar a favor da existência de duas realidades, aparentemente díspares, mas que se conjugam. De um lado têm-se as grandes metrópoles brasileiras, as quais vêm apresentando um quadro de crescimento de precariedades que se traduzem nos *déficits* de emprego, de moradias, de serviços de saúde, de educação e de transporte público, principalmente, além do aumento dos índices de violência em todos os sentidos e, finalmente, a problemática questão da poluição em todas as suas formas. O ambiente torna-se, portanto e de forma geral, aquele da exclusão e mesmo expulsão de trabalhadores e de uma expressiva diminuição da qualidade de vida nessas grandes cidades. (NOGUEIRA, 2003).

Por outro lado, têm-se as cidades médias, cujas taxas de crescimento demográfico e econômico são das mais expressivas do sistema urbano brasileiro. (SOARES, 1999, MATOS, 2000 e ANDRADE e SERRA, 2001) A vitalidade econômica é atestada por sua grande capacidade de gerar empregos, absorvendo significativa parcela da força de trabalho, fato aliás, que remete à atração que tais cidades têm sobre os migrantes. A diversificação e a concentração de atividades terciárias (comércio e serviços) indicam a senda da especialização econômica e funcional, o que não impede que tais cidades não possam, também, ter um setor

industrial com forte presença na economia local. De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 203), “[...] *as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias e um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza*”.

Caracterizam-se tais cidades, no geral, pela excelência dos padrões de qualidade de vida e pela presença de redes de informação, de transporte e de comunicação as mais modernas, garantindo-lhes uma integração e uma interação sincrônica e simultânea com as grandes cidades do país e do mundo. Finalmente, importa salientar, o papel desempenhado pelas cidades médias nas cidades de sua hinterlândia ou área de influência, ou seja, são elas as responsáveis pela difusão do desenvolvimento e de inovações, fato aliás indicativo do grau de importância da cidade média em sua área de atuação imediata.

É pois, mister reconhecer, tal qual fez Davidovich (1992), que a rede urbana brasileira vem sofrendo profundas transformações há duas décadas, pelo menos. Questionando acerca da existência de um único sistema urbano no Brasil, a referida autora salienta a ação de diferentes processos políticos, sociais e econômicos, os quais afetaram diversamente a organização espacial brasileira, refletindo no surgimento e desenvolvimento de vários contextos urbanos. Assim, já é possível falar em um Brasil urbano não metropolitano (Davidovich, 1992), grupo no qual, certamente, estão incluídas as cidades médias.

Segundo Corrêa (1997), no final do século XX e, pode-se acrescentar, também no início do presente século, a organização espacial do capitalismo promove o surgimento no mundo de uma grande variedade de redes urbanas. Cada centro urbano pode inserir-se, embora com intensidades variáveis, mas simultaneamente, em diversas redes urbanas e, em cada uma delas exerce um papel distinto, em função do tipo de rede na qual está inserido.

Assim, com relação às cidades médias mineiras, deve-se levar em conta que, não mais somente a posição hierárquica de cada cidade na rede é suficiente para a inteligibilidade da realidade, mas também a consideração de sua posição singular tornou-se significativa. Em outras palavras, em virtude do enorme desenvolvimento do capitalismo, houve uma ampliação da divisão territorial do trabalho, a qual, por sua vez, traduz-se numa crescente complexidade funcional dos centros urbanos. Daí, o centro urbano estar, ao mesmo tempo, pelo menos, em duas redes urbanas: ele tem uma posição hierárquica na rede de localidades centrais e uma outra posição, que pode variar de acordo com a sua especialização funcional, “[...] *desempenhando um papel singular e/ou complementar a outros centros*”. (Corrêa, 1997. p. 100). Essa posição singular de cada cidade pode ser bastante irregular, uma vez que, o papel desempenhado por ela pode variar no tempo, alterando-se a complementaridade verificada. (NOGUEIRA, 2003).

O aumento da importância das cidades médias no crescimento urbano brasileiro indica, como salienta Matos (2000), uma rede urbana em expansão e, como relatam Andrade e Serra (1998), o desempenho de tais cidades no crescimento populacional urbano do país constituiu um processo sustentado desde a década de 1970. De fato, das 78 cidades consideradas no estudo de Andrade e Serra (1998), muitas delas apresentaram, nessas três últimas décadas, um vigoroso e continuado incremento populacional. Importa salientar que, longe de pretender-se aqui avaliar ou discutir essa questão do crescimento demográfico das cidades médias brasileiras, torna-se importante destacar que esse é um dos aspectos que deve ser apontado quando da consideração das cidades médias mineiras, pois estas figuram entre aquelas no país, que apresentaram as mais altas taxas de crescimento demográfico urbano.

Na relação do estudo citado, para Minas Gerais são consideradas 10 cidades médias, as quais apresentaram as maiores taxas de crescimento anual no período de 1970/1991. Uberlândia, a mais destacada, apresentou uma taxa de crescimento de 5,72% a. a.; em seguida tem-se Timóteo/Ipatinga/Coronel Fabriciano com 5,11% a. a. e Montes Claros com 4,80% a. a. Sete Lagoas, com uma taxa de 4,03% a. a., tem posição de destaque no conjunto mineiro, sendo superada apenas por, suplantando cidades como Divinópolis, Poços de Caldas, Uberaba, Juiz de fora, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Barbacena, todas com taxas inferiores a 3,5% a. a. Nesse período, a taxa para o Brasil foi de 3,6% a. a. (ANDRADE e SERRA, 1998)

Essa mesma tendência de crescimento sustentado, agora no período de 1991/1996 e com taxas bem superiores à média nacional, (1,4% a. a.), foi assinalada por Matos (2000) também para Sete Lagoas, a qual aparece ao lado de outras 20 cidades brasileiras de forma destacada. Juntamente com Sete Lagoas, com taxa de crescimento de 3,05% a. a., uma outra cidade mineira consegue se destacar nesse conjunto: Uberlândia, com taxa de crescimento de 3,64% a. a.

Ora, se tais constatações expressam uma realidade, torna-se justificável o estudo das cidades médias mineiras, tendo em vista a temática da inserção das cidades na rede urbana. A necessidade da retomada da elaboração de estudos sobre tal temática e a particular realidade empírica da rede urbana de Minas Gerais, é que se propõe a questão central deste estudo, ou seja, qual é a inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais?

A pretensão é tornar inteligível o processo que envolve a construção geográfica, um processo sócio-espacial, das cidades médias, possibilitando a visibilidade de sua inserção na rede urbana mineira. Dessa forma, acredita-se, estar-se-á contribuindo para entendimento da atualidade da rede urbana de Minas Gerais, uma vez que algumas lacunas poderão ser preenchidas dentro campo maior dos estudos sobre as cidades, encaradas como um lugar na rede urbana. Tornar inteligível o processo que envolve as dimensões demográficas, econômicas e socioespaciais no sentido do entendimento da inserção das cidades médias na rede urbana mineira é o objetivo maior do presente trabalho.

A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais

Muito se tem discutido a respeito da delimitação da rede de cidades brasileiras no âmbito da adequação das políticas para o desenvolvimento e planejamento regional. Dois trabalhos têm, particularmente, chamado a atenção dos especialistas: *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (IPEA/IBGE/NESUR, 1999) e *A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica* (LEMOS et al, 2003).

O primeiro identificou 49 aglomerações urbanas, distribuídas entre 12 áreas metropolitanas, 12 centros urbanos regionais, e 25 centros sub-regionais, a partir da utilização de critérios como conurbação (espaços urbanos contínuos), tamanho da população, densidade demográfica, percentual da população economicamente ativa (PEA) ocupada em atividades urbanas, crescimento populacional (do interior e da periferia) etc.

Para a elaboração desse estudo, segundo Matos (2000), “a equipe de trabalho procurou redefinir as metodologias e critérios de hierarquização da rede urbana que pudessem expressar as novas espacialidades criadas pela atividade produtiva. Estas últimas, mais heterogêneas, estariam envolvendo a emergência de

novos núcleos urbanos, a mundialização de centralidades metropolitanas, a redinamização das fronteiras internas de recursos e os novos complexos rurais. Além disso, foi essencial produzir análises relativas ao tema 'migração e redistribuição da população no espaço', em decorrência dos sinais de alteração recente do chamado padrão migratório brasileiro." (MATOS, 2000. p. 04-05).

O segundo classificou os principais pólos econômicos brasileiros, com base nos dados do Censo Demográfico de 1991, com base no cálculo do Índice de Terciarização das microrregiões geográficas do IBGE, e delimita suas áreas de influência econômica através da aplicação do Modelo Gravitacional usado por Isard (1960). Os autores também identificam 12 regiões pólos e classificam as demais microrregiões segundo seus pólos de influência econômica. Dando continuidade à proposta metodológica desse artigo, Garcia, Lemos e Carvalho (2005) apresentam uma nova regionalização do Brasil, tomando os fluxos migratórios intermicrorregionais como principal variável explicativa na delimitação das áreas de influência desses pólos.

A base metodológica da regionalização utilizada por Lemos et al. (2003) e Garcia, Lemos e Carvalho (2005), foi a construção de um índice de terciarização (IT) calculado com base na relação entre a renda do setor serviços e a renda total.

"Assim, IT indica, por um lado, a capacidade de carregamento do conjunto das atividades econômicas de uma região pelos serviços ofertados especificamente por uma dada localidade, o pólo. Na terminologia de Christaller (1966) [1933], trata-se de 'bens centrais', produzidos apenas no 'lugar central de ordem superior', ou seja, não produzidos nas localidades de 'ordem inferior'. A idéia de 'capacidade de carregamento' deste lugar central seria medido por sua capacidade de ofertar serviços necessários para atender à demanda do conjunto das atividades produtivas de toda a região. Assim, um pólo com maior capacidade de oferta de serviços possui maior capacidade de 'carregamento' ou sustentação da produção regional de bens, quer sejam bens agrícolas, minerais ou industriais. Por outro lado, o IT é um índice da capacidade de transbordamento da oferta desses serviços para outras localidades, que são atraídas por esse 'lugar central de ordem superior' para o consumo de seus serviços. Ou seja, a 'capacidade de transbordamento' mede a capacidade da oferta de serviços de atrair demanda no espaço, enquanto a "capacidade de carregamento" mede a capacidade da oferta de sustentar a demanda regional (LEMOS et al., 2003. p 671)".

O critério comumente adotado para a classificação das cidades médias é o seu contingente demográfico, estando representadas as cidades que possuem entre 50.000, ou 100.000, e 500.000 habitantes. É importante ressaltar que esta variável isolada não contempla a definição de cidade média desenvolvida na literatura corrente sobre o tema. O conceito se refere, fundamentalmente, à complexidade funcional adquirida pela cidade, à posição que ela ocupa na hierarquia da rede urbana de sua região e, finalmente, ao papel que desempenha no circuito econômico regional. Os dados estatísticos precisam ser complementados por uma análise geográfica mais aprofundada para se determinar uma classificação

completa. Numa primeira aproximação, pode-se adotar este critério pelo fato de que a concentração demográfica de um núcleo urbano sugere um grau de complexidade funcional, reflexo das exigências que surgem com as novas funções atribuídas a esses centros regionais. De qualquer forma, uma contextualização mais abrangente se faz imprescindível.

Assim, para a compreensão do que sejam as cidades médias mineiras e sua inserção na rede de urbana, dimensões de natureza econômica não podem ser negligenciadas, cabendo a aplicação do índice de terciarização para esse fim. Formalmente, esse indicador pode ser definido pela seguinte equação:

$$IT_i = \left(\frac{VAS_i}{PIB_i} \right) \left(1 - e^{\left(\frac{\ln(0.05)}{PIB_{ref}} PIB_i \right)} \right)$$

Em que VAS_i é o valor adicionado pelo setor serviço da localidade i , PIB_i é o Produto Interno Bruto (PIB) de i , PIB_{ref} é o PIB de referência, geralmente representado pelo PIB mais elevado entre aqueles considerados.

A Figura 1 traz a distribuição espacial desses índices municipais pelo território mineiro.

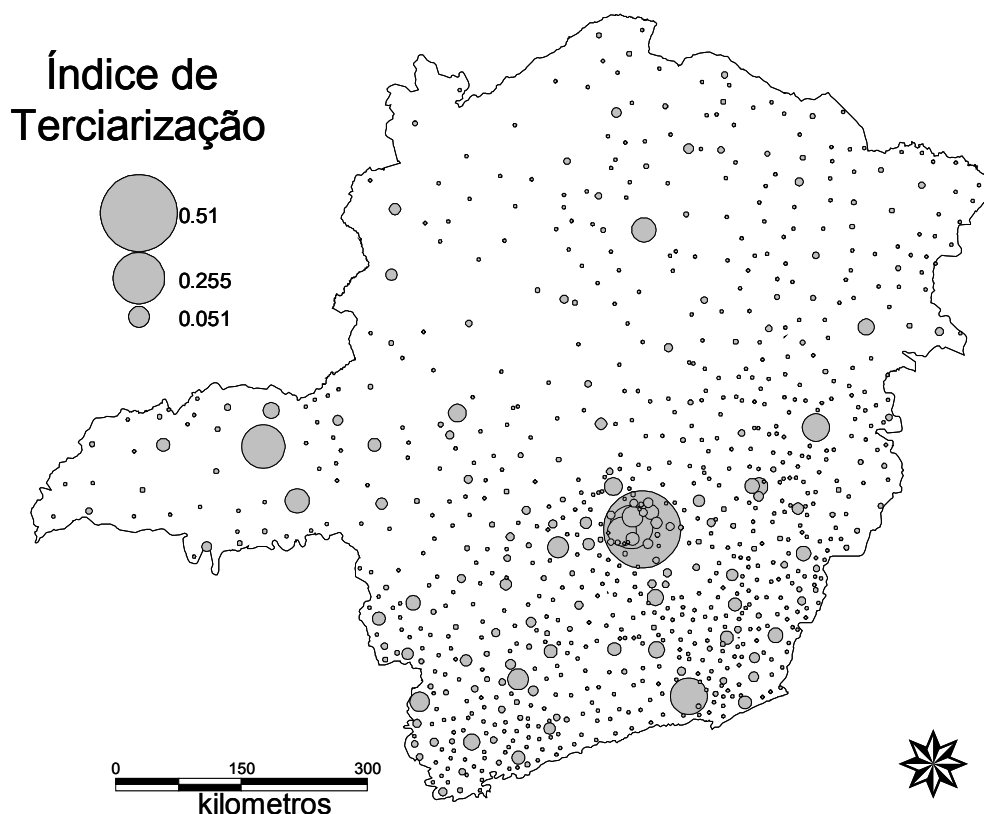


Figura 1. Minas Gerais: 2003. Índice de Terciarização dos municípios mineiros

Fonte: IBGE. Banco de Informações Municipais e Malha Digital Municipal 2000.

As localidades mineiras consideradas pólos econômicos regionais são, segundo o estudo de Lemos et al. (2003), são Itajubá, Teófilo Otoni, Ipatinga, Divinópolis, Varginha, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Uberlândia e Belo Horizonte, sendo este último o único macrorregional e os demais, mesorregionais. Verifica-se, conforme os dados da próxima tabela (Tab. 1), que seus respectivos IT variam de 0,020 (Itajubá) até 0,507 (Belo Horizonte). Ao se considerar somente os municípios sede de pólos mesorregionais o limite superior do IT cai para 0,188 (Uberlândia). Têm-se aí um critério para identificação de cidades

médias mineiras sob uma ótica econômica, ou seja, podem ser consideradas cidades médias, os municípios mineiros que, independentemente de seu contingente demográfico, apresentam um IT entre 0,02 e 0,19. Dessa forma, todos os municípios mineiros considerados cidades médias constam da tabela 1.

Tabela 1. Minas Gerais: 2005. População Residente, PIB em 2003, relação média trienal (2001, 2001 e 2003) entre o Valor Adicionado pelo Serviço e o PIB e Índice de Terciarização. Municípios Mineiros Selecionados

Municípios	População residente - 2005	PIB a Preço de mercado corrente - 2003	Relação entre o Valor adicionado pelo Serviço e o PIB	Índice de Terciarização
Além Paraíba	35 985	258 166	0.796	0.023
Araguari	108 386	667 609	0.559	0.030
Barbacena	122 663	663 980	0.572	0.030
Belo Horizonte	2 369 288	21 565 533	0.606	0.507
Betim	395 577	12 727 140	0.248	0.091
Conselheiro Lafaiete	111 154	383 585	0.757	0.031
Contagem	591 781	7 376 665	0.478	0.183
Coronel Fabriciano	104 313	316 199	0.769	0.028
Divinópolis	203 779	1 423 049	0.522	0.051
Governador Valadares	257 010	1 483 362	0.649	0.081
Ibirité	168 714	592 791	0.541	0.022
Ipatinga	232 158	3 885 540	0.275	0.037
Itajubá	90 054	648 703	0.455	0.020
Ituiutaba	95 415	895 922	0.420	0.020
Juiz de Fora	498 944	3 674 197	0.545	0.140
Lavras	84 263	567 207	0.522	0.022
Manhuaçu	71 820	445 612	0.652	0.027
Montes Claros	341 704	1 843 582	0.505	0.064
Muriae	98 569	433 238	0.673	0.027
Passos	104 027	570 244	0.538	0.025
Patos de Minas	136 623	842 624	0.558	0.036
Patrocínio	78 223	505 584	0.573	0.022
Poços de Caldas	151 220	2 008 626	0.396	0.044
Pouso Alegre	122 194	990 065	0.465	0.032
Ribeirão das Neves	313 781	753 352	0.683	0.048
Santa Luzia	214 161	1 026 537	0.440	0.028
São João del Rei	84 176	429 902	0.582	0.021
São Sebastião do Paraíso	62 405	375 888	0.658	0.023
Sete Lagoas	210 051	1 834 892	0.391	0.037
Teófilo Otoni	129 077	511 498	0.645	0.031
Ubá	90 938	469 000	0.560	0.021
Uberaba	278 619	3 975 758	0.387	0.070
Uberlândia	584 865	7 485 592	0.485	0.188
Varginha	121 836	1 226 300	0.580	0.055
Viçosa	69 343	273 358	0.714	0.020

Fonte: IBGE. Banco de Informações Municipais (Tabulações especiais Leste).

Do ponto de vista demográfico, percebe-se ainda que a variação do contingente populacional das localidades consideradas cidades médias foi de um mínimo de 36 mil (Além Paraíba) até 592 mil (Contagem), aproximadamente (Tab. 1). O que indica que o critério adotado flexibiliza o volume populacional enquanto critério para a definição do que sejam cidades médias.

Outro aspecto digno de nota é a relativização do PIB, tal como ocorre com Betim e Uberlândia: apesar de Betim apresentar um PIB maior que o dessa cidade do triângulo mineiro, a relação entre o valor adicionado pelo terceiro setor e o PIB total, faz com que Uberlândia apresente um IT superior ao de Betim.

Chega-se, assim, a um total de 34 localidades que podem ser consideradas cidades médias em Minas Gerais, numero muito diferente dos 23, que seria obtido caso o critério de definição fosse o de população total na faixa de 100 mil a 500 mil habitantes (Tab. 2). A Figura 2 traz a localização geográfica das cidades médias mineiras.

**Tabela 2. Minas Gerais: 2005.
População Residente em
Municípios Mineiros com mais
de 100 mil habitantes**

Municípios	População residente - 2005
Araguari	108 386
Barbacena	122 663
Betim	395 577
Conselheiro Lafaiete	111 154
Coronel Fabriciano	104 313
Divinópolis	203 779
Governador Valadares	257 010
Ibirité	168 714
Ipatinga	232 158
Itabira	105 216
Juiz de Fora	498 944
Montes Claros	341 704
Passos	104 027
Patos de Minas	136 623
Poços de Caldas	151 220
Pouso Alegre	122 194
Ribeirão das Neves	313 781
Sabará	131 141
Santa Luzia	214 161
Sete Lagoas	210 051
Teófilo Otoni	129 077
Uberaba	278 619
Varginha	121 836

Fonte: IBGE. Banco de Informações
Municipais (Tabulações especiais Leste).

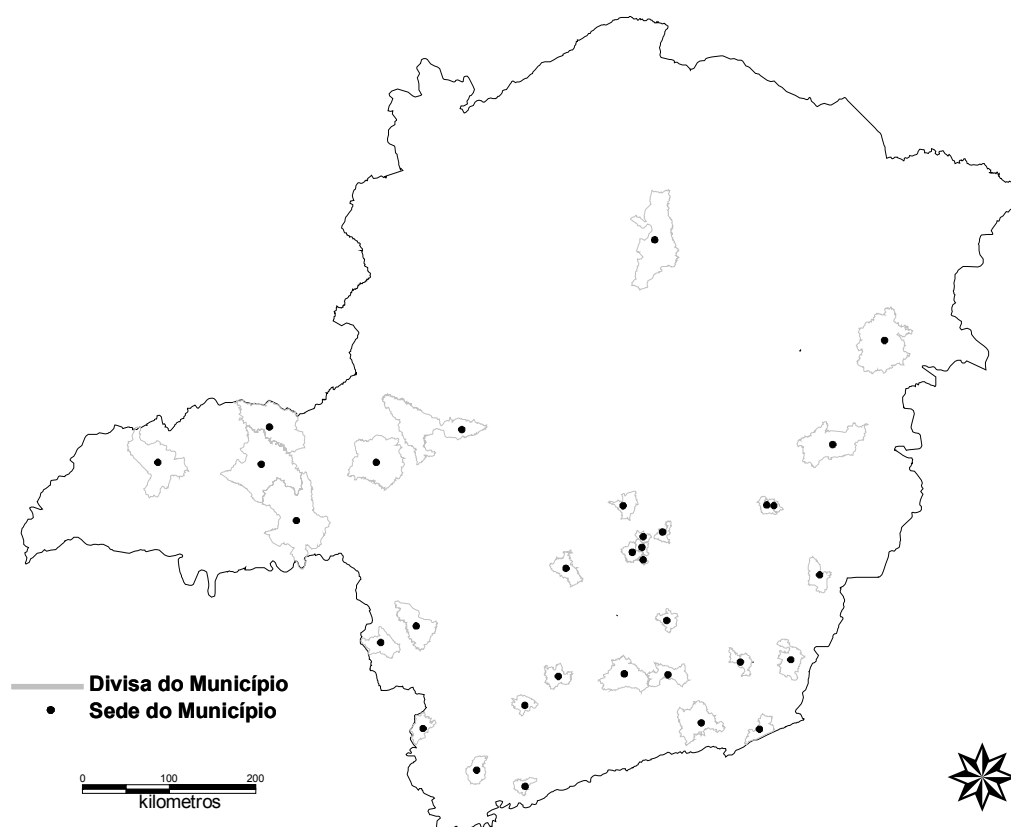


Figura 2. Minas Gerais: 2005. Cidades Médias de Minas Gerais, segundo o Índice de Terciarização
Fonte: IBGE. Malha Digital Municipal 2001

A Tabela 3 traz alguns indicadores que permitem certas considerações sobre a dinâmica econômica do conjunto dessas cidades, em relação ao total do Estado, bem como sugerem um cenário, para os próximos 50 anos, de sua evolução demográfica. Entre 1999 e 2003, o valor adicionado na agropecuária, para o

conjunto dessas 34 localidades, representou algo em torno de 13% do total do Estado. A participação do valor adicionado no serviço e, principalmente, na Indústria revelam a importância dessas cidades no território mineiro. Nesse período, os percentuais do valor adicionado respectivamente no segundo e no terceiro setor foram de 47% e 40%, aproximadamente. Consta-se, assim, que Minas Gerais possui atualmente 853 municípios, dos quais apenas 34 podem ser considerados cidades médias, mas representam quase a metade do produto industrial do estado. Importância essa que se mantém no percentual de participação do PIB, 42%, tal como pode ser observado na referida tabela.

No aspecto populacional, no entanto, estima-se que, preservadas as tendências atuais de crescimento, o percentual da população residente nesses 34 municípios tende a crescer¹. Em 1995, 30,1 % da população mineira residiam em cidades médias. No futuro próximo, no ano de 2020, esse percentual subirá para 34,7%, indicando a continuidade da concentração populacional nesses centros; e, no longo prazo, em 2045, será de 36,2% (Tab. 3).

Tabela 3. Minas Gerais: 1999/2045. PIB e Valor Adicionado pelos diversos Setores em 1999 e 2003; Estimativas de População Residente em 1995, 2020 e 2045.

Indicadores econômicos a preço de mercado corrente (mil Reais)	Cidades Médias	%	Minas Gerais	%
Valor adicionado na agropecuária - 1999	1 044 032	12.7	8 206 727	100.0
Valor adicionado na agropecuária - 2003	1 428 328	13.2	10 786 856	100.0
Valor adicionado na Indústria - 1999	17 240 867	47.6	36 215 815	100.0
Valor adicionado na Indústria - 2003	27 686 750	47.1	58 759 929	100.0
Valor adicionado no serviço - 1999	17 163 840	39.9	43 068 391	100.0
Valor adicionado no serviço - 2003	26 822 977	40.4	66 362 672	100.0
Produto Interno Bruto - 1999	39 348 659	42.0	93 748 368	100.0
Produto Interno Bruto - 2003	61 565 768	42.6	144 544 822	100.0
População residente - 1995 (mil hab.)	5 000	30.1	16 594	100.0
População residente - 2020 (mil hab.)	8 027	34.7	23 116	100.0
População residente - 2045 (mil hab.)	9 796	36.2	27 050	100.0

Fonte: IBGE. Banco de Informações Municipais (Elaboração do Leste).

Para melhor visualização da distribuição espacial dos resultados da Tabela 3, as Figuras 3, 4 e 5 ilustram, respectivamente, os percentuais do valor adicionado pelos setores econômicos em 1999 e 2003, e a evolução da população residente das cidades médias mineiras, entre 1995 e 2045.

¹ O IBGE, através de sua diretoria de pesquisa e da coordenação de população e indicadores sociais (IBGE, 2004), disponibiliza estimativas anuais, por sexo e idade, da população brasileira, entre 1980 e 2050, bem como a metodologia para a estimação da população municipal, tendo como base a projeção do país como um todo, através do método conhecido por AiBi modificado. O instituto não fornece, infelizmente, a série completa de estimativas da população municipal para todo o período, limitando-se a divulgá-las anualmente. Essas informações são, contudo, de extrema importância quando se quer analisar o crescimento populacional dos centros urbanos nacionais. Nesse sentido, as estimativas da população municipal utilizadas, nesse trabalho, para a análise da tendência do crescimento populacional das cidades médias mineiras, foram obtidas através da aplicação da mesma metodologia empregada pelo IBGE (AiBi modificado), com base na projeção anual da população brasileira, também divulgada pelo Instituto.

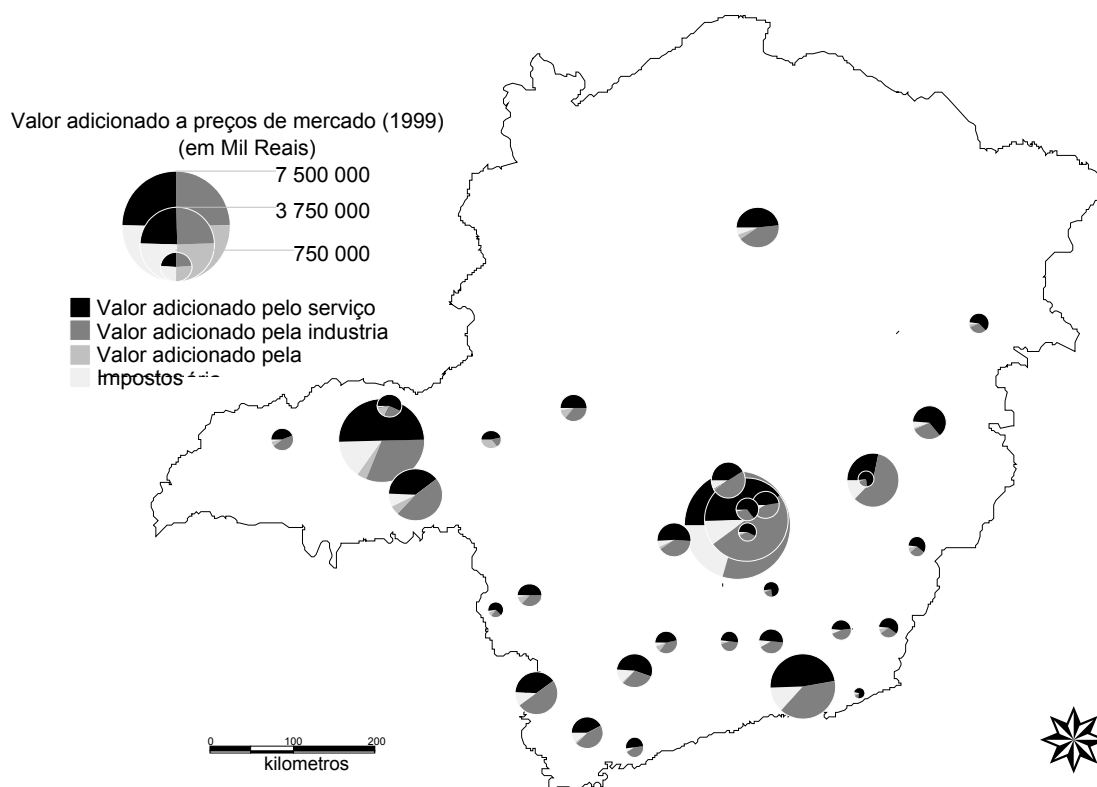


Figura 3. Minas Gerais: 1999. Valor adicionado ao PIB pelos Setores Econômicos das Cidades Médias Mineiras

Fonte: IBGE. Banco de Informações Municipais e Malha Digital Municipal 2001

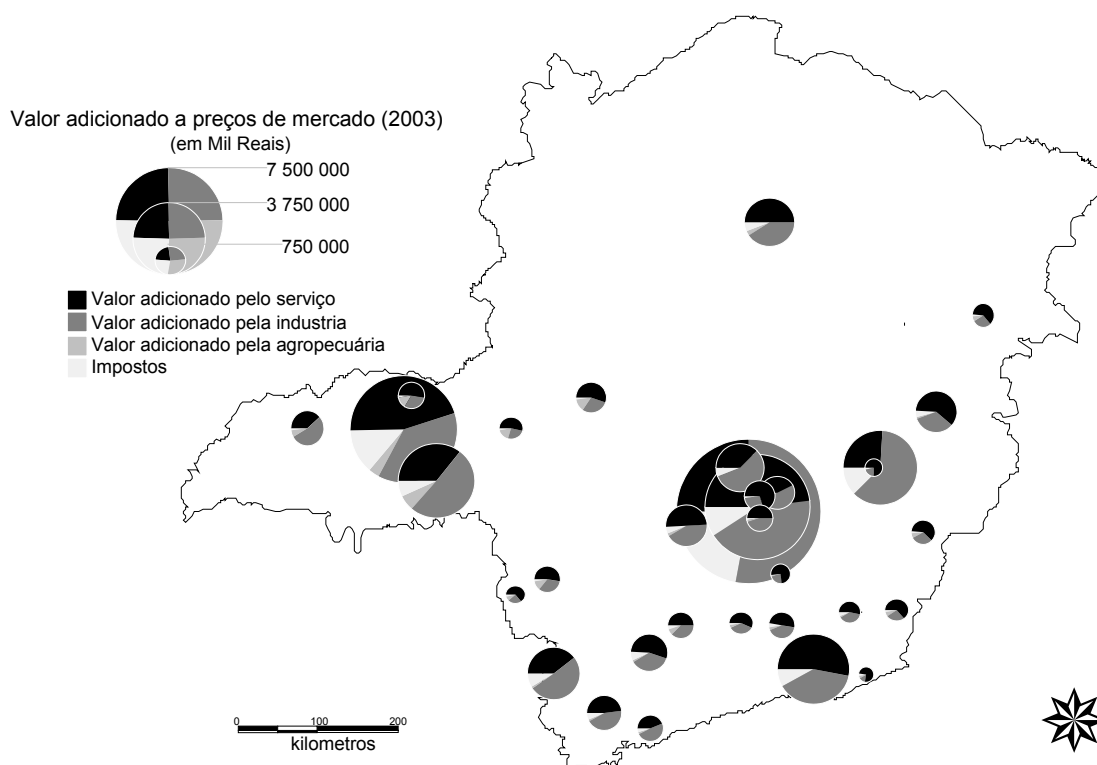


Figura 4. Minas Gerais: 2003. Valor adicionado ao PIB pelos Setores Econômicos das Cidades Médias Mineiras

Fonte: IBGE. Banco de Informações Municipais e Malha Digital Municipal 2001

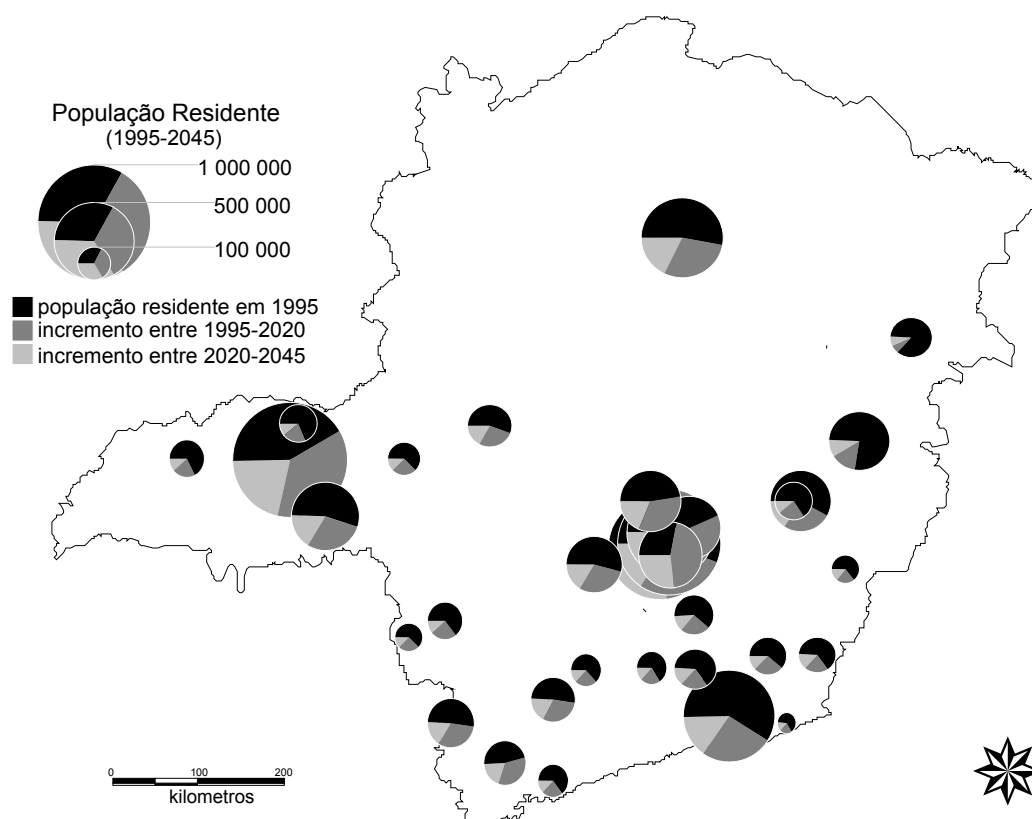


Figura 5. Minas Gerais: 1995/2045. Estimativas de População Residente nas Cidades Médias Mineiras entre 1995 e 2045

Fonte: IBGE. Banco de Informações Municipais e Malha Digital Municipal 2001. Elaboração do Leste..

Considerações Finais

Em meados do século XX, a dimensão demográfica era, na maioria dos casos, o único elemento observado na identificação de uma cidade média. Mesmo porque, o sistema urbano brasileiro não apresentava a densidade e a complexidade atuais. Daí SANTOS (1993) afirmar que uma cidade média poderia possuir, na época, apenas 20.000 habitantes. Não significa também que não possa haver, atualmente, centros regionais com menos de 100.000 habitantes. Em regiões com menor desenvolvimento das forças produtivas, onde a divisão do trabalho não é tão intensa e a organização do espaço é pouco complexa, é possível detectar-se pequenos municípios que desempenhem o papel de centros regionais, podendo ser classificados como cidades intermediárias. Este processo sugere a necessidade de cautela na interpretação dos dados estatísticos.

A proliferação de cidades com mais de 100.000 habitantes, sobretudo a partir da década de 1970, é reflexo das expressivas transformações econômicas e sócio-espaciais às quais foi submetido o território brasileiro, fomentando a necessidade de complexificação da organização espacial. Os índices de urbanização da população brasileira se mantiveram praticamente inalterados desde o final do período colonial até o fim do século XIX, chegando a 10,7% no ano de 1920 (SANTOS, 1993). Até o momento da Segunda Grande Guerra, a função administrativa das cidades tem, na maior parte dos Estados, uma significação preponderante, sobrelevando o peso de suas capitais no processo urbano e na população urbana.

A partir dos anos 40, a lógica da industrialização, entendida como processo social complexo, passa a prevalecer na dinâmica da produção espacial e impulsiona o próprio processo de urbanização. Observa-se uma inversão quanto ao lugar de

residência da população brasileira, com o índice de urbanização passando de 26,35%, em 1940, para 68,86%, em 1980 (SANTOS, 1993). Este fenômeno não se dá de forma homogênea no território nacional, variando de acordo com o grau de desenvolvimento e a ocupação prévia de cada região.

A inserção do Brasil, sobretudo a partir do final da década de 1960, numa nova divisão internacional do trabalho, fez com que o território se tornasse mais denso em ciência e tecnologia, ampliando as estruturas de engenharias (SANTOS e SILVEIRA, 2001) indo em direção às exigências de um mercado que se globalizava. A presença da ciência e da técnica nos processos de reestruturação espacial era essencial ao capital hegemônico, que precisava deste novo meio geográfico para sua realização.

As atividades produtivas passam, a partir de então, a demandar uma crescente quantidade de trabalho intelectual, intensificando a divisão do trabalho (social e regional) e promovendo uma especialização do território. Neste contexto é que começa a se multiplicar rapidamente o número de cidades com mais de 100.000 habitantes, se espalhando em regiões que anteriormente possuíam índices de urbanização relativamente pequenos, como pode ser observado no caso de Minas Gerais. O surgimento desses centros urbanos no sul e no oeste mineiros, por exemplo, se explica pelo rápido aumento do consumo produtivo das atividades agrícolas, decorrente da modernização da produção. Daí a multiplicação destes centros urbanos, a fim de suprirem a demanda por inovação tecnológica nestas regiões, além de possuírem um setor financeiro para administrar os grandes fluxos de capital envolvidos nas novas atividades.

A absorção de mão-de-obra nas novas cidades médias é altamente seletiva. A demanda por trabalho, criada principalmente no setor terciário, exige alta qualificação dos trabalhadores pela incorporação crescente de informação e inovações tecnológicas nas atividades emergentes. Em oposição, as metrópoles continuam sendo o grande atrativo da população de baixa renda, onde convivem os mais diversos tipos de capital, aumentando progressivamente a informalidade da economia, muito embora continuem atraindo a riqueza e, por isso, concentram as atividades de gestão do território.

Referencias Bibliográficas

ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, A. F. A. (org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994. p.199-322.

AMORIM FILHO, O. B. Patos de Minas: uma cidade média em Minas Gerais e sua região. Geografia. Rio Claro: AGETEO, 3(5), 1978. p.69-98.

AMORIM FILHO, O. B., ALVIM, A. M. M. Um estudio comparativo de dos ciudades intermedias: Formiga y Ovalle. In: AMORIM FILHO, O. B., KOHLER, H. C., BARROSO, L. (org.). Epistemologia, cidade e meio ambiente. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 89-124.

AMORIM FILHO, O. B., BUENO, M. E. T., ABREU, J. F.. Cidades de porte médio e programa de ações sócio-educativas culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro: AGETEO, v.12, n.23/24, 1982. p. 33 - 46.

AMORIM FILHO, O.B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. Revista Geografia e Ensino. Belo Horizonte: Depto. de Geografia - IGC/UFMG, v.2, n.5, 1984. p. 5-35.

ANDRADE, T. A., SERRA R. V.. Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 394p.

ANDRADE, T. A., SERRA R. V. Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Texto nº 592.

ANDRADE, T., A., LODDER, C. A. Sistema urbano e cidades médias no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Texto nº 554.

CORREIA, R. L. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: CARLOS, A. F. A. (org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994. p.323-359.

GARCIA, R A, MIRANDA-RIBEIRO, A. (2005) Os efeitos diretos da migração de retorno para Minas Gerais 1980, 1991 e 2000. Revista Brasileira de Estudos de População. 23, (1).

GARCIA, R A, LEMOS, M B; CARVALHO, J AM. (2004) As transformações das áreas de influência migratória dos pólos econômicos brasileiros nos períodos 1980-1991 e 1991-2000. Revista Brasileira de Estudos de População. 22, (2).

GARCIA, R A. (2002) A migração como variável endógena: uma proposta de regionalização baseada em pólos econômicos e suas áreas de influência.. 181 p. Thesis (Doctorate in Demography) (Belo Horizonte - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002).

GARCIA, R A; CARVALHO, J. A. M. The estimates of the Brazilian international net migration and the Brazilian emigrants, based on the method of inter-census survival ratio (ISR). In: XXV INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 2005, Tours. XXV INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 2005.

GARCIA, R. A., SOARES-FILHO, B. S. Um sistema de dinâmica demográfica para os municípios amazônicos. Textos para Discussão 224. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.

GEIGER, P. P. Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963. 462 p.

GEIGER, P. P., DAVIDOVECH, F. R.. Aspectos do fato urbano no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v.23, n.2, 1961. p. 263-362.

IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). Pesquisas: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Volumes 1 e 2. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

LEE, E. S, et al. Population redistribution and economic growth. United State, 1870-1950. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1957.

LEMOS M.B., DINIZ, C.C, GUERRA, L.P. (1999) Pólos Econômicos do Nordeste e suas Áreas de Influência: uma aplicação do modelo gravitacional utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG). Revista Econômica do Nordeste, , 568 – 584.

LEMOS M.B., DINIZ, C.C, GUERRA, L.P. , MORO, S. (2003). A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. Estudos Econômicos, 33, 665 – 700.

LEMOS, M.B. (1991). *Duas Técnicas de Análise regional elaboradas a partir de categorias espaciais: a regionalização e o método estrutural - diferencial*. Thesis for titular professor, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MADEIRA , J. L. & SIMÕES , C. C.. S. Estimativas preliminares da população urbana e rural, segundo as unidades da Federação, 1960/1980: por uma nova metodologia. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, v.33, n.129, p.3-11, 1972.

MATOS, Ralfo E. S. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, Caxambu, 2000. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

PRESTON, S. H. HEUVELINE, P. GUILLOT, M. Demography. Measuring and Modeling Population processes. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2000, p. 03-20.

SANTOS, M. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, A. F. A. (org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994. p. 17-26.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L.. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 5a.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

SANTOS, M.. A urbanização brasileira. 2a.ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 157p.

SHYOCK, H. S. e SIEGEL, J. S. The Methods and Materials of Demography – Bureau of the Census – Washington DC. Vol. 2, 1973.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. Formação. Presidente Prudente: UNESP, n 6, 1999. p 55-63.

SOARES, B.. Considerações sobre a produção de geografia urbana em Minas Gerais. In: CARLOS, A. F. A. (org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994. p. 145-156.